

STJ00099887

Prisão Temporária

Marcelo Peixoto de Melo



D'PLÁCIDO
EDITORA

Copyright © 2014, D' Plácido Editora.
Copyright © 2014, Marcelo Peixoto de Melo.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa
Letícia Robini

Diagramação
Bárbara Rodrigues da Silva

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia da D' Plácido Editora.



Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843 , Savassi
Belo Horizonte - MG
Tel.: 3261 2801
CEP 30140-002

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

Melo, Marcelo Peixoto de
Prisão Temporária -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2014.

Bibliografia
ISBN: 978-85-8425-044-8

1. Direito 2. Direito Penal 3. Denúncia I. Título II. Direito

CDU347

CDD 342

Sumário

Prefácio	17
Apresentação	25
Introdução	29
1. Democratização constitucional do processo penal	33
1.1. A instituição jurídica constitucional do processo como vínculo da legitimidade da Lei e a atual realidade do processo penal.....	39
1.2. A cidadania como fonte legitimadora do devido Processo Constitucional.....	42
1.3. Do Devido Processo Legal como Proteção aos Direitos Fundamentais.....	45
1.4. As garantias constitucionais no pleno exercício dos Direitos Fundamentais.....	52
2. Da primazia do estado de direito democrático como referente jurídico institucional	59
2.1. O Estado de Direito Liberal.....	60
2.2. O Estado de Direito Social.....	62

2.3. Estado de Direito Democrático.....	65
2.4. Da influência da biopolítica como fator desencadeador do desenvolvimento das políticas públicas de punição no atual Estado de Direito Democrático.....	68
3. A prisão temporária sob a ótica da legislação pátria.....	73
3.1. A prisão temporária como nova espécie do gênero prisão cautelar.....	73
3.2. Das hipóteses para decretação da prisão temporária durante a investigação policial.....	78
3.2.1. Prisão Temporária x Prisão Preventiva: Qual a relação de dependência entre os institutos? A temporária de fato é essencial?.....	90
3.3. Prazo de duração para a decretação da prisão temporária.....	94
3.4. Alterações advindas na Prisão temporária a partir da vigência da Lei 12.403-11.....	100
3.4.1. A “necessidade” como novo requisito para decretação da prisão temporária.....	101
3.4.2. A adequação como novo requisito para decretação da prisão temporária.....	104
4. a prisão temporária sem processo: forma velada e clandestina de assegurar a subsistência da prisão por averiguação.....	107
4.1. Uma Digressão no tempo quanto ao surgimento da Prisão Temporária no Brasil.....	113

4.2. A Atual realidade da Prisão temporária no Brasil.....	118
4.3. Da participação dos afetados na decisão como forma de democratização do processo penal.....	122
4.4. Prisão temporária mediante contraditório e isonomia: um desafio.....	129
4.4.1. O Contraditório atrelado ao princípio da isonomia conglobante.....	135
4.5. Das alterações na Prisão Temporária para sua coexistência com a nova realidade do Processo Penal.....	137
CONCLUSÃO.....	147
REFERÊNCIAS.....	151